

“Impasse na eleição do presidente do CES é um prejuízo”

00:05 **Mónica Silvares e Rosário Lira**

A concertação social não deve ser tão governamentalizada tal como “está a acontecer agora e aconteceu com o Governo anterior”, defende Carvalho da Silva. O antigo dirigente da CGTP diz que as tensões na concertação não são de agora.



Carvalho da Silva lamenta a governamentalização "excessiva" da concertação social. No *Conversa Capital*, o antigo líder sindicalista, numa análise "honestá", reconhece que "há disputas de poder" e que as negociações têm "uma dimensão política". Na entrevista ao *Económico*, Antena 1 e RTP 2, Carvalho da Silva defende que os patrões, que têm uma relação de forças favorável na concertação social, não se podem queixar quando a Assembleia da República legisla, já que é a este órgão de soberania que cabe legislar.

As discussões em sede de concertação social estão a ser feitos em acordos parlamentares. E retiradas da concertação. Partilha dessa visão?

Não. As tensões entre a concertação social e o Parlamento em algumas matérias e em certos contextos históricos sempre existiram. O que está a acontecer agora não é novidade. A nível do centro de estudos sociais da universidade de Coimbra e do Pólo de Lisboa, que dirijo, e do Observatório sobre crises e alternativas estamos a preparar um trabalho de algum fôlego sobre o emprego. Um dos capítulos é uma observação sobre a concertação social a partir de uma leitura muito atenta de todas as actas e reuniões da concertação social realizadas entre 1 de Janeiro de 2009 e 31 de Dezembro de 2015 – sete anos de actividade. Esta leitura vai permitir ver entorses diversos na concertação social que nos levariam aqui a considerações muito amplas. Há que não iludir. A relação de forças existente em sede de concertação social, neste momento, do ponto de vista das posições patronais que encontram identidade política mais à direita, é mais favorável para os patrões do que a relação de forças no Parlamento. Vou ler com atenção o pronunciamento que as quatro confederações fizeram há quatro dias sobre o combate às formas modernas de trabalho forçado, avançado pelo BE e PS, e fizeram um pronunciamento de muito feridas... Atenção, o órgão legislativo do país é a Assembleia da República. Múltiplas vezes as maiorias na Assembleia da República, socorreram-se da concertação social para fazerem lá aprovações e depois aparecerem na Assembleia da República como facto consumado.

Então agora é ao contrário?

Para que não existam dúvidas, quero valorizar a concertação social. Acho muito bem que sejam discutidas as matérias na concertação social, mas não é a concertação social que se pode queixar do excesso da Assembleia da República, quando esta decide legislar. O oposto tem mais fundamento. Muitas vezes a Assembleia deveria queixar-se porque lhe aprecem matérias porque isto já está resolvido, porque está negociado na concertação social. Quando se realiza a contratação colectiva no sector publico os representantes do Estado funcionam como entidade patronal e a negociação colectiva, a negociação colectiva é uma negociação entre duas partes, mas quando os contratos são publicados têm força de lei. Nenhum diploma da concertação social tem força de lei. E com isto não se desvaloriza a concertação. O espaço da concertação social deve ser de construção e de diálogo. Aparecerem na Assembleia posições trabalhadas é natural numa democracia como a nossa. Mas os patrões não podem dizer “aqui d’el rei porque a Assembleia está a legislar” e quando é ao contrário gritar: “não, a Assembleia não mexe em nada, porque a concertação social já decidiu”.

Mas nesta matéria em concreto os patrões não deveriam ter sido ouvidos

previamente e ter uma palavra a dizer?

Não sei o que se passou, que discussão houve e que discussão vai haver.

Ainda não conhece bem o diploma?

Pode ainda haver espaço para muita discussão. Mas temos de ser honestos na nossa análise. Há disputas de poderes. E a negociação tem uma dimensão política como toda a gente sabe. E é natural esta reacção dos patrões porque a relação de forças na concertação é-lhes mais favorável do que na Assembleia da República.

Então a concertação social não está a perder força do seu ponto de vista?

Tem estado. Está quando se governamentaliza excessivamente. É interessante ver, em sete anos, o total das reuniões realizadas, quando é que houve mais reuniões, que agenda tiveram as reuniões e como é que as agendas se concertavam com as agendas políticas, o que foram dinâmicas de governamentalização, o que foram dinâmicas de transposição de compromissos com a 'troika' ou com a União Europeia para tentar vincular parceiros. É neste mundo que estamos, mas não sejamos anjinhos, procuremos ser objectivos.

A sua posição seria a mesma se tivéssemos o inverso: um Governo de direita a legislar e a impor ou meramente a consultar a concertação como um pró-forma?

Mas isso foi feito tantas vezes.

Mas disse que a concertação foi instrumentalizada porque os patrões tinham maior força, se impunha ao Parlamento aquilo que a concertação tinha decidido.

Este tema dava um programa. Há entorses desde a estruturação da comissão permanente da concertação social, e até bastante discutidas, quando foi a integração do conselho permanente de concertação social criado em 84 e que funcionava no âmbito do gabinete do primeiro-ministro. Depois a criação do Conselho Económico e Social em 92, já resultado de vários factores como a revisão constitucional de 89, a integração na UE, etc. Uma das entorses foi nunca ter havido uma aferição das representatividades. Se as organizações de uma parte, subscrever um acordo, ele vincula toda essa parte mesmo que não seja maioritário. É justo que uma só confederação sindical assine um documento e aquilo vale para todos? Ainda por cima com a pretensão de excluir quem não assina do acompanhamento? Ou aquilo é um órgão de responsabilidade e de envolvimento total de todos os que lá estão e respeitando regras fundamentais da democracia ou não é. Também há correcções de entorses que espero que venham a ser corrigidas. Não sei porque houve este impasse na não eleição do presidente do CES.

Como é que vê esse impasse?

Vejo como um prejuízo. Não sei o que é que se passa. É curioso que o pronunciamento das confederações patronais a propósito do diploma de combate ao trabalho precário surge exactamente no dia da votação na Assembleia da República. Não sei o que está por trás disto. É melhor fazer-se alguma investigação.

Mas são muitos meses com esta questão por resolver, independentemente da votação.

Pois são. Era importante colocar alguém no CES que desse dinâmica. É importante que a concertação social seja um processo permanente e não tão governamentalizada.

Como está a acontecer agora?

Como esta a acontecer agora e aconteceu com o Governo anterior. Não foi apenas uma governamentalização, mas uma actuação em função das orientações 'troika' que foi uma vergonha. Na história toda da concertação social em Portugal, houve apenas um pequeno período em que o Eng. Guterres era primeiro-ministro em que se criou uma dinâmica que depois ainda teve alguma repercussão para o futuro, nomeadamente na discussão de matérias como o salário mínimo, saúde e segurança no trabalho, como a formação profissional, e outras, e que se tentou dar algum incremento às relações bilaterais entre confederações sindicais e patronais que dava a ideia de um espaço de negociação permanente e não deixava apenas encostado a um espaço para a utilização estratégica da governação. É preciso retomar isso e colocar lá alguém o CES que ajudasse a isso.